

2005_02_14

Brasil Energia

Empresários reivindicam redução tributária

Rodrigo Polito

Os principais agentes do setor elétrico vão encaminhar nas próximas semanas propostas de redução tributária para o governo. A medida foi decidida nesta sexta-feira (11/02), durante reunião realizada em São Paulo, que reuniu representantes de 14 entidades envolvidas com o setor.

"Na reunião apontamos as propostas prioritárias, que devem ser enviadas brevemente para o governo e o Congresso", adiantou o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales.

Os temas prioritários são a isenção do reajuste do PIS/Cofins nas tarifas de energia e a redução do seguro-apagão pago pelo consumidor para garantir o funcionamento das usinas emergenciais.

Quanto ao PIS/Cofins, os agentes reivindicam o mesmo tratamento dado a setores como de rodovias e telecomunicações, que foram excluídos do reajustes dos dois encargos. "O setor elétrico está no mesmo patamar que o de telecomunicações e o de rodovias. Nós participamos da base da infra-estrutura do país", disse o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Maurício Côrrea.

A lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002, elevou o Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% para 1,65% e a lei 10.833, de dezembro de 2003, reajustou a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 3% para 7,6%.

Quanto ao seguro-apagão, embora o imposto tenha sofrido redução em dezembro do ano passado, devido à conclusão da metade dos contratos com as usinas emergenciais, os agentes acreditam que ainda há espaço para novas reduções.

"As emergenciais devem cerca de R\$ 300 milhões em multa à Aneel por não terem entregue a energia conforme previsto no contrato. Nossa sugestão é abater esse valor do montante pago pelo consumidor no seguro-apagão", explicou Sales. "Também pode ser abatido da conta o lucro obtido pela CBEE (Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial), entidade criada sem fins lucrativos e com a função de gerir os contratos das usinas emergenciais. Existem ainda usinas que foram transferidas para o sistema isolado, em Manaus, cujos valores não deveriam estar sendo pagos pelo consumidor, já que o objetivo inicial das emergenciais era garantir o suprimento de energia no sistema interligado."

Os agentes voltarão se reunir no dia 17 de março, na sede da CBIEE, em São Paulo, para discutir o assunto. Participaram hoje representantes da Abradee (distribuidoras), Abrate (transmissoras), Abrage (geradoras), Abiape (autoprodutores), Apine (produtores independentes), APMPE (pequenos e médios produtores de energia), Abraceel (comercializadores), Abrace (grandes consumidores), ABCE (concessionárias), CBIEE, Fiesp, Amcham (Câmara de Comércio

Americana), Abdib (indústria de base) e Fórum Nacional dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica.

Aneel - As duas propostas prioritárias serão apresentadas por Sales em encontro marcado para a próxima quinta-feira (17/2), em Brasília, com o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman. Além dessas propostas, o presidente da CBIEE vai discutir o projeto de lei das agências reguladoras e assuntos gerais do setor elétrico.

"Será um primeiro contato com o diretor-geral desde quando ele assumiu o cargo. Isso é muito importante para nós. A agência reguladora deve procurar sempre ser um órgão com neutralidade", disse Sales.